

Senadores reagem e denunciam tática para desgastar Congresso

Presidente do Senado encaminha ofício à Procuradoria Parlamentar pedindo providências diante do noticiário a respeito da administração da Casa



Cabral foi um dos senadores que repudiaram em plenário a campanha contra o Congresso

O senador Bernardo Cabral considerou típica de ditadura a campanha para enfraquecer o Congresso desencadeada nos últimos dias. Nabor Júnior, por sua vez, teme que as campanhas continuadas contra o Legislativo acabem introduzindo no Brasil o "efeito Fuji-mori", referindo-se à decisão do presidente do Peru de fechar o Congresso.

Roberto Requião entende que as críticas veiculadas pela imprensa afastam a atenção de problemas mais graves. Gilvam Borges e Gerson Camata consideram normal se oferecessem aos senadores condições mínimas para o exercício do mandato, como moradia, passagens e telefone. Na sessão de quarta-feira, senadores de diferentes partidos reagiram às acusações.

O presidente do Senado, José Sarney, pediu à Procuradoria Parlamentar que adote providências requeridas pelas circunstâncias.

Páginas 2 e 3

NESTA EDIÇÃO

Malan será ouvido sobre banco Nacional

Página 4

Para Suplicy, ex-chefe do BC protegeu Excel

Página 4

José Bonifácio estréia cobrando recursos para TO



Bonifácio

O senador José Bonifácio (PPB-TO) tomou posse na quarta-feira, dia 3, como representante do estado de Tocantins em substituição a

Leomar Quintanilha (PPB-TO), que assumiu a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo daquele estado.

Em seu discurso de estréia, o novo senador prometeu atuar na defesa de Tocantins e já pediu ao governo que dê mais atenção àquele "filho largado que tenta sobreviver". Bonifácio protestou ainda contra o atraso na aplicação de US\$ 100 milhões destinados a Tocantins pela Constituição de 1988.

Liberação de preços exige fim de cartéis, diz Fogaça

O fim do controle de preços dos combustíveis só poderá ser bem sucedido com a desmontagem dos cartéis que dominam o setor, alertou o senador José Fogaça (PMDB-RS). Ele citou o caso de Brasília, onde um só grupo detém 70% do mercado de postos de abastecimento.

Preocupado com a elevação abusiva dos preços dos combustíveis, verificada desde ontem em diversos estados, o senador afirmou que é preciso uma ação rápida, com a elaboração de normas capazes de garantir a concorrência intensa e livre regida por leis de mercado

Fogaça sugeriu a imediata



Fogaça

elaboração de projeto de lei que determine o número máximo de estabelecimentos que um mesmo proprietário poderá manter. "Se o governo não tomar a iniciativa (do projeto), os congressistas deverão fazê-lo", alertou Fogaça.

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) disse que está na hora de colocar em funcionamento o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O senador Roberto Requião (PMDB-PR), por sua vez, afirmou que o governo agiu de forma contraditória ao anunciar a liberação, para logo em seguida ameaçar com volta do tabelamento.

Para Cabral, campanha é típica de ditadura

Senador do Amazonas defende trabalho da imprensa, mas denuncia uma "unanimidade perversa" sobre fatos que, segundo ele, não são verdadeiros

O noticiário da imprensa contra o Senado demonstra a existência de uma orquestração que não é só contra a atuação do Parlamento mas que também pretende atingir a pessoa do presidente da Casa, José Sarney. A denúncia foi feita em plenário pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Para o senador amazonense, esse comportamento é típico das ditaduras, que buscam enfraquecer o Judiciário e o Legislativo. Cabral destacou a importância de não se perder a perspectiva da necessidade de se manter o Poder Legislativo fortalecido:

- A imprensa tem feito uma análise crítica e até amarga contra o Senado nos últimos dias. Contudo, o Legislativo é o poder mais autêntico, que reflete todos os anseios do povo. Toda a sociedade paga um preço alto pela fraqueza do Congresso.

O senador lembrou que sem-

pre houve questionamentos contra certas prerrogativas ou regalias na Casa, mas, como observou, o que mais o surpreende neste momento é o questionamento que se faz da representação política do senador José Sarney, da bancada do Amapá.

- Não se pode querer aniquilar e topedear a biografia de um homem, de um ex-presidente da República, que tem toda uma história política como a dele, defendeu Cabral. - Se Sarney fosse representante de um estado grande teria a mesma pretória resistência?

Bernardo Cabral destacou que defende uma postura investigativa no jornalismo, no entanto, a seu ver está havendo uma "unanimidade perversa" sobre

fatos que não são verdadeiros. Além disso, as matérias referentes ao trabalho dos senadores, não têm merecido o mesmo destaque dessas outras.

- Não nos preocupa mostrar o lado negativo da instituição, o que nos preocupa é não mostrar nunca o positivo, disse o senador.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) disse que o objetivo da imprensa é inviabilizar a representação de pessoas do povo no Congresso Nacional.

- Como um senador sem recursos pode sobreviver em Brasília sem moradia, passagens, telefone? - indagou Camata, acrescentando que, dessa forma o Congresso seria transformado em uma "Câmara dos Lords", cujos mandatos

seriam bancados pelos ricos.

Já o senador João Rocha (PFL-TO) acha que está havendo uma forma de comunicação dirigida com a finalidade de desmoralizar o Senado. A seu ver, é preciso que sejam criados mecanismos para a defesa da instituição.

Em outro aparte o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou estar impressionado com a postura do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF). Segundo o senador, é preciso saber se o deputado tem regalias - apartamento funcional, ajuda de convocação ou desconvoação e outras - apesar de residir no Distrito Federal.

- Se ele não recebe, estamos diante de alguém que quer verdadeiramente eliminar os privilégios. Caso contrário, trata-se de um picareta da República, que precisa devolver aos cofres públicos o que está roubando e, agora, tenta agredir ao Senado.

"Toda a sociedade paga um preço alto pela fraqueza do Congresso"

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

Terça-feira (09.04.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: * **PLC nº 143/93**, que institui o direito do educando ao atendimento psicológico-educacional; * **PLS nº 24/95**, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 21 anos, e dá outras providências; * **PLS nº 93/95**, que denomina "Governador Nilo Coelho" a BR - 428, no Estado de Pernambuco; e * **PLS nº 264/95**, que altera a redação da alínea "e" do art. 38 da Lei nº 4.117/62, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, e dá outras providências.

Quarta-feira (10.04.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: * **Emendas da Câmara ao PLS nº 19/91**, que torna obrigatória a inclusão de dispositivo de segurança que impeça a reutilização nas seringas descartáveis; * **PLC nº 111/95**, que acrescenta incisos ao art. 30 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; * **PLC nº 8/96**, que altera os arts. 367, 368, 369 e 370 do Decreto-lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal; * **Substituto ao PLS nº 49/95**, que dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.031/90, que criou o Programa Nacional de Desestatização

Quinta-feira (11.04.96)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: * **PLC nº 26/95**, que dispõe sobre a participação das partes interessadas nas reuniões de órgãos colegiados da administração pública direta; e * **PLS nº 282/95**, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Picos, no Estado do Piauí.

COMISSÕES

Terça-feira (09.04.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Depoimentos do diretor da KPMG (empresa de consultoria contábil que assinava os balanços do Banco Nacional), Marco Aurélio Maciel, e do presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Francisco da Costa e Silva. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (10.04.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Sabatina dos indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, do Ministério da Justiça - Gesner José de Oliveira Filho, para o cargo de presidente e Antônio Carlos Fonseca da Silva, Leonidas Rangel Xausa, Lúcia Helena Salgado e Filho, Paulo Dyrceu Pinheiro e Renault de Freitas Castro, para conselheiros. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública sobre o tema "Globalização, Biodiversidade e Direitos Comunitários, com a presença da diretora do Research Foundation for Science, Technology and Natural Resource Policy, da Índia, Vandana Shiva, PhD em Física Nuclear. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de 46 projetos. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (11.04.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre os procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de projetos. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Sarney pede providências à Procuradoria

Presidente do Senado também solicita à administração da Casa que preste amplo esclarecimento à imprensa sobre os fatos abordados pelos jornais e pelas emissoras de rádio e televisão



Nabor Júnior

Nabor teme no Brasil "efeito Fujimori"

O senador Nabor Júnior (AC), vice-líder do PMDB no Senado, afirmou que as recentes denúncias na imprensa contra o Senado não têm a menor consistência e manifestou sua preocupação de que a campanha desenvolvida contra o Legislativo enfraqueça a instituição e comprometa o funcionamento normal do regime democrático.

- O conceito do Congresso perante a população é muito baixo, em virtude de campanhas continuadas que se fazem contra o seu funcionamento - explicou o senador.

Nabor Júnior teme que, com isso, possa ocorrer no Brasil o "efeito Fujimori", com a população chegando à conclusão de que é melhor um Congresso fechado e um regime ditatorial.

Para o senador, as reformas de apartamentos funcionais são uma rotina, não só no Poder Legislativo, mas no Executivo e no Judiciário.

Quanto à compra de novos veículos funcionais para uso dos senadores, Nabor Júnior não concorda que eles possam ser chamados de automóveis de luxo, conforme a imprensa apontou. Além do mais, disse o senador, a frota de veículos do Senado estava totalmente imprestável, dando uma despesa muito grande de manutenção, pois foi adquirida há 9 anos.

O presidente do Senado, José Sarney, encaminhou ofício à Procuradoria Parlamentar da Casa recomendando que, em face do "abundante e sistemático noticiário da imprensa a respeito da administração do funcionamento do Senado", adote as medidas que a circunstância requer. Compete à Procuradoria Parlamentar defender o Senado ou os senadores quando atingidos em sua honra ou imagem.

Conforme a Resolução nº 40/95 do Senado, a Procuradoria

deve providenciar ampla publicidade reparadora de matéria ofensiva ao Senado ou a seus integrantes, veiculada por órgão de comunicação ou imprensa, sem prejuízo da divulgação a que este estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial.

COMUNICADO

A comunicação de Sarney foi lida em plenário pelo senador Nabor Júnior, que presidia a Mesa e também é um dos cinco procuradores. Conforme a nota, o presidente do Senado enca-

minhou ainda expediente ao primeiro-secretário, senador Odacir Soares (PFL-RO), para que este preste à imprensa esclarecimentos quanto aos fatos abordados pelos jornais e emissoras de rádio e de televisão nos últimos dias.

O senador Nabor Júnior informou ao plenário que Sarney não presidiu a sessão de quarta-feira (dia 3) à tarde devido a "uma ligeira indisposição, que o obrigou a recolher-se à sua casa, embora tenha despachado em seu gabinete pela manhã".

Gilvam: acusações são irresponsáveis

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) considerou "aviltantes, irresponsáveis e demagógicas" as matérias publicadas por vários jornais a respeito da compra de automóveis que o Senado fez em dezembro passado para substituir os veículos antigos.

O senador disse que, quando chegou ao Senado, foi-lhe dado um veículo em estado de conservação tão ruim que, algumas vezes, ele teve que ajudar o motorista a empurrá-lo para que o motor funcionasse.

Na opinião do senador, o noticiário que atinge o Senado faz parte de uma campanha de desmoralização da instituição. Por isso, acentuou, a Casa deve ser rigorosa em sua própria defesa.

Segundo Gilvam, o governo federal está sendo muito mal assessorado a respeito do assunto. "Quando se faz uma campanha organizada para atingir uma entidade por-



Gilvam Borges

que tem sua independência, isso é uma ameaça à democracia", observou.

Conforme Gilvam, o que a Casa oferece aos senadores "são condições mínimas para o exercício do mandato". Como exemplo,

ele afirmou que ganha R\$ 4.800,00 por mês e não teria condições de exercer o mandato se não dispusesse de veículo e gasolina para se locomover.

Requião: governo FHC é continuação de Collor

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) denunciou em plenário que o governo Fernando Henrique Cardoso é uma continuação lógica do governo Fernando Collor, e acoberta um rombo de R\$



Requião

120 milhões no Sistema Financeiro da Habitação (SFH), no Paraná. De acordo com o senador, o rombo é decorrência do superfaturamento nos preços de casas populares, patro-

cinado pela "quadrilha collorida".

Conforme Requião, 35 mil mutuários do SFH no Paraná estão na iminência de abandonar suas casas, caso não banquem o desvio de verbas efetuado durante o governo Collor (1990-1992). A fraude, segundo o senador, foi confirmada em relatórios e perícias.

Requião anunciou que vai marcar audiência com o presidente da Caixa Econômica Fe-

deral, Sérgio Cutolo, para tentar resolver o problema que aflige hoje milhares de famílias paraenses.

DIVERSIONISMO

Roberto Requião classificou de diversionismo as denúncias que vêm sendo feitas contra o Parlamento, embora admita que gostaria de mais austeridade no Congresso Nacional. "Poderíamos reduzir e enxugar algumas despesas", frisou o senador. Para ele, as críticas veiculadas pela imprensa nos últimos dias afastam a atenção de problemas mais graves.

CAE ouve Malan na quinta sobre o Nacional

Amanhã, às 10h, na comissão, estão previstos depoimentos do diretor de empresa que fez auditoria no banco e do presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)



Eduardo Suplicy

Suplicy: ex-chefe no BC protegeu banco Excel

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o ex-chefe do Departamento de Câmbio do Banco Central, Gilberto de Almeida Nobre, protegeu o Banco Excel em 1991, quando o banco sofreu uma fiscalização, seguida de processo administrativo, sob a acusação de operações de câmbio irregulares. Conforme o senador, um ano depois Gilberto Nobre se aposentou no BC e foi contratado como diretor do Excel.

Com isso, o senador quis mostrar que o governo deve esperar a total investigação sobre o processo do Excel antes de permitir que ele compre o Banco Econômico, sob intervenção do BC.

O senador acrescentou que Gilberto Nobre não seguiu uma recomendação técnica da equipe de investigação do BC para que o Excel fosse proibido de operar no segmento de Mercado de Taxas Flutuantes, até que fossem apuradas as suas responsabilidades.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) ouvirá na próxima quinta-feira (dia 11), às 10h, exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre os procedimentos contábeis utilizados no Banco Nacional.

Amanhã, às 10h, a CAE ouvirá os depoimentos de Marco Aurélio Maciel, diretor da KPMG, empresa responsável pela auditoria contábil nos balanços do Nacional, e de Francisco da Costa e Silva, presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As audiências na CAE sobre o caso Nacional prosseguirão, na CAE, com os depoimentos dos irmãos Marcos e Eduardo Magalhães Pinto, ex-controladores do banco, marcados para o dia 16 de abril. O ex-presi-

dente do Banco Central Pêrsio Arida falará no dia 17; o presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, dia 18; e o presidente da CEF, Sérgio Cutolo, no dia 24 de abril.

CAE

Em reunião extraordinária na quarta-feira (dia 10), às 10h, a CAE sabatinará os indicados para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. São eles: Gesner José Oliveira Filho, para o cargo de presidente, e Antônio Carlos Fonseca da Silva, Leônidas Rangel Xausa, Lúcia Helena Salgado e Filho, Paulo Dyrceu Pinheiro e Renault de Freitas Castro, para conselheiros. O relator das indicações é o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) e a votação será secreta.

Globalização em debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), promoverá audiência pública na quarta-feira, às 10h, para tratar do tema "Globalização, Biodiversidade e Direitos Comunitários", com a presença de Vandana Shiva, diretora do Research Foundation for Science, Technology and Natural Resource Policy, da Índia.

Ainda na quarta, no mesmo horário, haverá reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação de 46 projetos.

Marina lamenta que Defensoria não tenha apoio do Ministério da Justiça

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que com a exoneração, a pedido, do advogado Antonio Jurandy Porto Rosa, do cargo de defensor público-geral da União o Estado deixa de contar com "profissional valioso no trabalho de prestar assistência jurídica, integral e gratuita aos necessitados, junto às instâncias administrativas e judiciais do país".

Tendo conhecido o ex-defensor durante visita que este fez a seu gabinete, a senadora dis-

se ter testemunhado sua eficácia profissional quando Jurandy Porto a ajudou a fazer modificações em projetos de alteração do Código Civil e do Código Penal. As proposições visavam a acelerar e dar maior eficácia aos programas de reforma agrária. Marina Silva criticou o fato de um defensor público tão qualificado não ter recebido, segundo acentuou, o necessário apoio do ministro da Justiça, Nelson Jobim, para realizar seu trabalho.

- O próprio Ministério da

Justiça parecia discordar da existência desse órgão tão importante para se fazer justiça no Brasil - disse ela, sustentando que a posse do primeiro defensor público-geral da União deveria ter desencadeado forçosamente um processo de qualificação desse serviço no Brasil. No entanto, passado um ano, afirmou Marina Silva, "a Defensoria ainda não foi efetivamente implantada, mantendo no desamparo os cidadãos mais necessitados de justiça no país".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de

Journalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djalba Lima e Domingos Mourão Neto

Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do

Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal